



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 27, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº52, de 2017, do Senador José Serra, que Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para conceder, durante cinco exercícios financeiros, créditos relativos à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de modo a estimular o aumento do volume de investimentos das pessoas jurídicas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB).

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Ronaldo Caiado

RELATOR: Senador Waldemir Moka

07 de Junho de 2017

PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2017, do Senador José Serra, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para conceder, durante cinco exercícios financeiros, créditos relativos à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de modo a estimular o aumento do volume de investimentos das pessoas jurídicas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB).

RELATOR: Senador **WALDEMIR MOKA**

I – RELATÓRIO

A proposição em análise, de autoria do nobre Senador José Serra, altera a Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para completar o regime jurídico do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB), que visa a estimular investimentos no setor.

Propõe-se a alteração do parágrafo único do art. 54-A e introduz-se o art. 54-D, para facultar às empresas de saneamento descontar do valor devido a título de PIS/PASEP e de COFINS, nos cinco anos subsequentes à aprovação da Lei, créditos relativos a investimentos adicionais realizados em comparação ao período de 2005 a 2015.

O crédito apurado não poderá ser superior ao valor que seria devido a título de PIS/PASEP e COFINS no respectivo ano ou ao valor total



dos investimentos em saneamento no período, e não constitui receita bruta da empresa, nem ensejará revisão tarifária por parte do poder concedente.

O autor esclarece que o Reisb foi instituído pela Lei 13.329, de 2016, que teve origem em proposição de sua própria autoria, mas ficou incompleto em função do veto presidencial ao art. 54-C, que definia a forma de aquisição do crédito em questão.

O veto fundamentou-se na inobservância do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige, como condição de validade de benefício tributário de que decorra renúncia de receita, estimativa de impacto orçamentário-financeiro e medida de compensação ou demonstração de ausência de impacto sobre as metas fiscais.

O PLS nº 52, de 2017, recupera o dispositivo vetado, mas (i) limita o período de vigência do Reisb a cinco anos, em oposição à regra atual, que o estende até 2026 e (ii) define o período de apuração do crédito como o segundo exercício anterior ao de sua fruição, de modo a permitir à Receita Federal sua adequada fiscalização por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

O impacto orçamentário e financeiro da medida é estimado em R\$ 2,5 bilhões anuais e atribui-se ao Poder Executivo a responsabilidade pela compensação desses valores, inclusive mediante racionalização da carteira de empreendimentos contratados no próprio setor.

O projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre o mérito da matéria. A análise de juridicidade e constitucionalidade será feita pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Como bem aponta o autor da proposição, o setor de saneamento foi duramente prejudicado pelas alterações promovidas nas contribuições para o PIS/PASEP e a Cofins no início deste século, que adotaram o regime não

cumulativo, em substituição ao regime cumulativo. Pelas características inerentes ao setor de saneamento, essa mudança resultou no aumento da tributação incidente sobre as empresas prestadoras desse serviço, que é predominantemente federal.

O PLS nº 52, de 2017, resgata, portanto, o objetivo primordial da Lei nº 13.329, de 2016, que é o de desonerar o setor, mediante incentivo aos investimentos voltados para a sustentabilidade e a eficiência de seus sistemas. Trata-se, portanto, de uma importante medida, destinada a resgatar esta que é uma das maiores dívidas sociais do Estado brasileiro com a sociedade.

A título de aperfeiçoamento, consideramos necessário alterar o período base com relação ao qual se apurará o montante de investimentos adicionais realizados pela empresa de saneamento. Em lugar do período de 2005 a 2015, propomos o período de 2011 a 2015, pois este reflete melhor o recente desempenho do setor, apresentando-se como um parâmetro mais próximo do esforço dos prestadores no sentido da ampliação dos investimentos no setor, a ser compensado por meio do Reimb.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do PLS nº 52, de 2017, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao § 1º do art. 54-D da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 54-D**.....

§ 1º Os créditos referidos no *caput* serão equivalentes à diferença entre os investimentos em saneamento básico realizados no segundo exercício anterior ao de fruição do crédito e o valor médio anual de investimentos da pessoa jurídica em saneamento básico no período de 2011 a 2015, sendo este último corrigido anualmente pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), tendo por base o mês de dezembro de 2015.

.....”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17108.37634-69



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

Em Reunião realizada nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais aprova Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2017, de autoria do Senador José Serra, com a Emenda nº 1-CAS.

EMENDA Nº 1 - CAS

Dê-se ao § 1º do art. 54-D da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 54-D.....

§ 1º Os créditos referidos no *caput* serão equivalentes à diferença entre os investimentos em saneamento básico realizados no segundo exercício anterior ao de fruição do crédito e o valor médio anual de investimentos da pessoa jurídica em saneamento básico no período de 2011 a 2015, sendo este último corrigido anualmente pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), tendo por base o mês de dezembro de 2015.

.....”

Sala da Comissão, em 07 de junho de 2017.

Senador **RONALDO CAIADO**

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais



Relatório de Registro de Presença
CAS, 07/06/2017 às 09h - 19ª, Extraordinária
Comissão de Assuntos Sociais

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
HÉLIO JOSÉ	1. GARIBALDI ALVES FILHO
WALDEMIR MOKA PRESENTE	2. VALDIR RAUPP
MARTA SUPPLY	3. ROMERO JUCÁ PRESENTE
ELMANO FÉRRER	4. EDISON LOBÃO
AIRTON SANDOVAL PRESENTE	5. ROSE DE FREITAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
ÂNGELA PORTELA	1. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM PRESENTE	3. JOSÉ PIMENTEL
PAULO ROCHA	4. JORGE VIANA
REGINA SOUSA PRESENTE	5. LINDBERGH FARIAS PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
DALIRIO BEBER PRESENTE	1. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
EDUARDO AMORIM PRESENTE	2. RICARDO FERRAÇO
RONALDO CAIADO PRESENTE	3. JOSÉ AGRIPINO
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
SÉRGIO PETECÃO	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. WILDER MORAIS

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÍDICE DA MATA PRESENTE	1. ROMÁRIO
RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE	2. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
CIDINHO SANTOS	1. ARMANDO MONTEIRO
VICENTINHO ALVES	2. EDUARDO LOPES PRESENTE

Não Membros Presentes

ATAÍDES OLIVEIRA